

O desafio da austeridade

Cristiano Buarque Franco Netto *

Um país sem memória está condenado a repetir os erros do passado. Nenhum combate à inflação, sabe-se de há muito, se dá de forma indolor. A recessão tem custos sociais e políticos elevados e faz aumentarem as pressões para a volta do crescimento. O que se deve evitar, no entanto, é a tentação de se abandonar a austeridade, antes de se completar o ajuste fiscal, em busca de um crescimento econômico artificial. O enredo desse filme, exibido no final da década de 70, é sobejamente conhecido.

Em verdade, a opção entre a inflação e a recessão não existe. O combate à inflação é prioridade inadiável. Capitular agora significa jogar fora um ano de esforços, estourar as contas públicas e, conseqüentemente, produzir mais inflação. Após o fim da ilusão heterodoxa, há hoje um amplo consenso no país de que não há possibilidade de se combater o atual processo inflacionário sem um ousado ajuste fiscal, envolvendo alterações constitucionais, acompanhado de uma política monetária coerente e independente das pressões políticas.

Os números são conhecidos. Não há qualquer espaço para uma ampliação significativa do dispêndio público federal ao longo do ano. O comportamento da receita tributária da União tem sido desfavorável. Só haverá condições para mobilizar programas mais ousados de investimento, por mais meritórios que possam ser, com a realização de uma reforma fiscal abrangente que gere recursos adicionais, seja abrindo a possibilidade de cortes desnecessários de custeio, seja aumentando a receita tributária da União.

Não há escapatória. A batalha contra a alta dos preços só vai ser ganha no ajuste do setor público, convencendo os agentes econômicos de que a inflação não vai voltar porque o governo não vai precisar de dinheiro, na medida em que suas contas estão ajustadas. Somente depois de mostrar que tem controle do déficit público e do grau de liquidez da economia — através das políticas fiscal e monetária —, é que o governo terá condições de conter as expectativas inflacionárias e as demandas por preços e salários.

Ao final da década de 70, a inflação era de 40% ao ano e o país crescia a taxas anuais de 7%. Desde então, políticas de vários matizes, heterodoxas, ortodoxas, novamente heterodoxas tiveram sempre uma coisa em comum: acabaram sempre se acomodando e cedendo às pressões por mais inflação. No fundo, acreditava-se que era possível adiar o combate para um pouco mais tarde. Moral da história: a década passada se perdeu. Se tivéssemos crescido no mesmo ritmo, o PIB teria dobrado. O custo da recessão, ainda que doloroso, é baixo se permite que nos livremos da inflação.

Não parece ser este o momento para a defesa da adoção de uma estratégia gradualista de combate à inflação. Se alguma coisa se aprendeu da sucessão de experiências fracassadas de política antiinflacionária na

década de 80, foi que o gradualismo já nos custou uma década de estagnação e nos deixou às portas da hiperinflação. Com taxas anualizadas de inflação ainda da ordem de 800% ao ano é simplesmente pueril esperar que se possa lidar com o problema de forma gradualista. Quaisquer que sejam os ajustes que se façam necessários no programa de estabilização, não se pode perder de vista que, mais do que nunca, o sucesso do combate à inflação depende da manutenção de uma política de demanda apertada nos próximos meses. E para isto é necessário que 1992 seja um ano de inequívoca austeridade fiscal e que a política monetária não deixe de ser claramente contracionista. É preciso afastar a fantasia de que é possível a estabilização sem sacrifícios; de que há soluções sem custo para o combate à inflação do momento atual.

O governo não tem alternativa senão continuar usando a política monetária para conter a inflação, enquanto costura uma coalizão política capaz de viabilizar a aprovação pelo Congresso, ainda este ano, das medidas de reforma fiscal que representam a única possibilidade de uma saída ordenada do quadro recessivo, sem o risco de novo descontrole do processo inflacionário.

Um ajuste forjado sem o entendimento político é um ajuste frágil. Um país com as nossas dificuldades e complexidades requer mais do que soluções técnicas. Necessita, acima de tudo, de amplo acordo político para o enfrentamento das grandes questões nacionais.

Sem um projeto nacional mais amplo, que passa pelo Congresso Nacional, a mudança da política econômica acabará causando a reaceleração inflacionária e os inevitáveis surtos histéricos de aumentos preventivos que se auto-alimentam e terminaram conduzindo as autoridades a pacotes e congelamentos.

Essa configura-se como a via mais objetiva de dilapidar o maior patrimônio construído pelo atual governo, qual seja, ter conseguido quebrar o círculo perverso de choques a que vem sendo submetida a economia desde 1986, sempre que a inflação parecia fugir ao controle. Hoje, a disseminação entre os agentes econômicos da convicção de que não haverá novo choque vem atuando como uma poderosa arma neutralizadora das expectativas altamente voláteis, típicas de um regime de alta inflação. Sem essa convicção mínima na estabilidade das regras do jogo, a economia torna-se um território regido pela intuição e oportunismo, que é a melhor maneira de desagregar completamente os laços de cidadania.

O desafio do governo está em continuar assegurando a necessária sustentação à política econômica em curso, em face do desconforto social gerado pela combinação prolongada de salário real baixo, aumento do desemprego, juros altos e rendas desfavoráveis, sem falar na reverberação desta hostilidade no Congresso em um ano eleitoral. Não é pouco.

* Vice-presidente do Banco Bozano, Simonson e vice-presidente executivo da Confederação Nacional das Instituições Financeiras